

**A técnica do ctrl+c e ctrl+v: um estudo sobre a prática do plágio no meio acadêmico
entre os estudantes de uma universidade brasileira**

**The technique of ctrl + c and ctrl + v: a study on the practice of plagiarism in the
academic environment between students of a brazilian university**

**La técnica del ctrl + c y ctrl + v: un estudio sobre la práctica del plagio en el medio
académico entre los estudiantes de una universidad brasileña**

Priscilla Chantal Duarte Silva

Universidade Federal de Itajubá, Brasil

E-mail: priscillachantal@unifei.edu.br

Ricardo Luiz Perez Teixeira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2641-4036>

Universidade Federal de Itajubá, Brasil

E-mail: ricardo.luiz@unifei.edu.br

Cristine Santos

Universidade Federal de Itajubá, Brasil

E-mail: cristinerodrigues93@gmail.com

Recebido: 10/09/2018 | Revisado: 26/09/2018 | Aceito: 08/11/2018 | Publicado: 14/11/2018

Resumo

O objetivo deste estudo verificar de que forma a técnica da replicação de trabalhos pelo “Ctrl+c” e “Ctrl+v” é aplicada no meio acadêmico por estudantes universitários de uma universidade brasileira, as principais razões para a realização dessa prática, bem como a visão dos estudantes sobre essa problemática que vem acarretando grande discussão em meio acadêmico em virtude das questões éticas e de autoria envolvidas. Para o procedimento da análise foi realizado um estudo da lei antiplágio. Além disso foi realizada uma investigação de como a tecnologia tem contribuído para a prática do plágio entre os estudantes de uma universidade brasileira. A técnica utilizada foi a tipo survey. Os resultados apontam que grande parte dos estudantes tem conhecimento acerca do plágio e das técnicas para se evitá-lo. Todavia, muitos estudantes afirmaram já ter realizado o plágio na universidade. Nessa perspectiva, foi ressaltado que deve haver a maior presença de debate sobre as questões éticas em torno do ato de plagiar, buscando minimizar esse ato no meio acadêmico. Há também uma necessidade de as universidades aplicarem as punições legais aos plagiadores.

Palavras-chave: plágio na universidade; lei antiplágio; ética; ensino; redação acadêmica

Abstract

The objective of this study is to verify how the technique of replication of works by "Ctrl + c" and "Ctrl + v" is applied in the academic environment by university students of a Brazilian university, the main reasons for this practice, as well as the view of the students this problematic that has been causing great discussion in academic circles due to the ethical and authorial issues involved. For the analysis procedure, a study of the anti-graft law was carried out. In addition, an investigation was carried out on how technology has contributed to the practice of plagiarism among students of a Brazilian university. The technique used was a survey type. The results show that most of the students have knowledge about plagiarism and techniques to avoid it. However, many students have already reported plagiarism at university. In this perspective, it was emphasized that there should be a greater presence of debate on the ethical issues surrounding the act of plagiarism, seeking to minimize this act in the academic environment. There is also a need for universities to apply legal punishments to plagiarists.

Keywords: plagiarism at university; anti-plagiarism law; ethic; teaching; academic writing

Resumen

El objetivo de este estudio de verificar la forma en que la técnica de la replicación de trabajos por Ctrl + c y Ctrl + v se aplica en el medio académico por estudiantes universitarios de una universidad brasileña, las principales razones para la realización de esta práctica, así como la visión de los estudiantes sobre esta problemática que viene acarreado gran discusión en medio académico en virtud de las cuestiones éticas y de autoría involucradas. Para el procedimiento del análisis se realizó un estudio de la ley antiplagio. Además se realizó una investigación de cómo la tecnología ha contribuido a la práctica del plagio entre los estudiantes de una universidad brasileña. La técnica utilizada fue el tipo survey. Los resultados apuntan que gran parte de los estudiantes tienen conocimiento acerca del plagio y de las técnicas para evitarlo. Sin embargo, muchos estudiantes afirmaron haber realizado el plagio en la universidad. En esa perspectiva, se resaltó que debe haber la mayor presencia de debate sobre las cuestiones éticas en torno al acto de plagiar, buscando minimizar ese acto en el medio académico. Hay también una necesidad de que las universidades apliquen los castigos legales a los plagiadores.

Palabras clave: plagio en la universidad; ley antiplagio; la ética; la educación; redacción académica

1. Introdução

O termo plágio vem do latim “*plagiarius*” no qual era designado na etimologia da palavra como sendo a implicação de um ato de origem criminosa. Neste sentido, a questão ética que norteia tal expressão deve ser levada em conta quando analisado em ambiente acadêmico. Em princípio, denomina-se plágio a expropriação do texto de outrem como sendo da própria pessoa que usufruiu do conteúdo do texto original. Vai ao encontro a lei de Direitos autorais, 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Trata-se de violação grave à propriedade intelectual e aos direitos autorais.

Conforme Ali, Ismail e Cheat (2012), há registros de ocorrência de plágio desde os anos 1600. Segundo os autores, o plágio entre estudantes acadêmicos está se tornando cada vez mais alarmante com o uso da Internet e novas mídias, que atuam como facilitadores para o ato de se plagiar redações.

É sabido que a redação ou escrita acadêmica não é tarefa fácil para a maioria dos estudantes, sobretudo àqueles que estão ingressando na academia. Afinal, os gêneros acadêmicos, de um modo geral, exigem não apenas o conhecimento estrutural de base normativa, mas também o engajamento do acadêmico em ler, interpretar, mencionar o autor e ainda ser capaz de refletir e ir além das palavras do autor. Trata-se, portanto de aprendizagem do processo de escrita acadêmica na universidade. Comumente, os estudantes das áreas exatas são considerados, muitas vezes, erroneamente, como sujeitos sem aptidão para a escrita.

Contudo, a dificuldade de se escrever perpassa todos os meios na academia, sobretudo no que diz respeito ao ato de não plagiar. Como aponta Silva (2008), como a informação está mais acessível nos tempos atuais, facilita a prática do plágio acadêmico. Trata-se de um “convite ao sujeito mergulhar nos labirintos hipertextuais para o exercício e a difusão da escrita para forjar como seu apenas um excerto, um parágrafo ou mesmo todo um texto, mediante cópia não autorizada” (SILVA, 2008, p. 357). Ou ainda, nas palavras de Torres e Juarez (2014, p.2, tradução nossa)¹ “um dos principais problemas éticos e legais do mundo acadêmico que tem sido favorecido pelo surgimento de novas tecnologias, em especial o

¹ Es uno de los principales problemas éticos y legales del mundo académico que se há visto favorecido por el empuje de las nuevas tecnologías y, em especial, por el desarrollo de internet.

desenvolvimento da internet”. Isso se dá pela facilidade de acesso à informação - o denominado Ciberplágio, que tem ganhado cada vez mais espaço e uma prática comum entre os estudantes das mais variadas áreas, seja por desconhecimento das formas de citações, seja pela falta de ética, considerado entre eles como um “caminho mais fácil” para se obter muitas vezes créditos nas disciplinas ou mesmo uma titulação. A facilidade pode ser explicada pelo acesso rápido às mais diversas obras: artigos, livros, entre outras. Embora o plágio tenha uma existência antiga, acredita-se que as novas tecnologias tendem a fomentar a prática, uma vez que antes do advento da internet havia uma necessidade de busca física dos documentos que seriam lidos e referenciados nos trabalhos acadêmicos.

“O plágio trata-se de uma questão ética, antes do que jurídica. É de grande importância a função educativa da universidade para o desenvolvimento de pesquisas científicas com integridade ética” (PITHAN e VIDAL, 2013, p. 77-82). Segundo as autoras, toda pesquisa possui em si um convite à ética. Dessa forma, preocupar-se em não cometer o plágio significa manter a confiança em uma produção científica o que culmina na preservação de um consciente coletivo comum que pertence em suma a sociedade. Em outros termos, preservar a ética diz respeito também a manter a integridade não apenas da pesquisa em si, mas também da instituição de ensino. Faz-se necessário que os estudantes sejam mais conscientes e éticos com o trabalho acadêmico. Conforme Bartley, Albert e Liesegang (2014), o plágio deve ser considerado no meio acadêmico como "um delito" e não "um erro".

O plágio acadêmico pode se dar das mais variadas formas: copiar uma obra na íntegra ou parte de um trabalho de autoria de outrem, ou ainda, cometer autoplágio – replicar partes de um trabalho de autoria própria em outros trabalhos científicos ainda que o autor seja o mesmo. Baca e Patino (2016, p.277) reforçam que há ainda casos em que “o autoplágio se configura quando o autor reutiliza seus escritos e faz passar como sendo uma obra inédita ou original e não cita e nem referencia suas próprias publicações”². Além dessas formas de plágio, Torres e Juarez (2014) lembram que se constitui também como plágio a prática de comprar trabalhos na internet para atribuir a autoria, inserir o nome de pessoas como autores em trabalhos científicos sem que essas tenham efetivamente ter participado da elaboração desses.

Para uma maior compreensão da problemática acerca do ato de plagiar faz-se necessária uma exposição de dois conceitos bases: o de autor e autoria. O autor segundo

² El “auto-plagio se configura cuando el auto re-utiliza sus escritos y los hace pasar como una obra inédita u original, y no cita ni referencia sus propias publicaciones.

Foucault (2006) é aquele que escreve o texto assim como o mesmo que detém a autoria da sua obra publicada. Noutros termos, autor é o responsável pela escrita de uma obra, enquanto a autoria é o que fornece a originalidade a sua obra. Diante disso, o plágio nada mais constitui do que um tipo de furto intelectual, em que a autoria do autor é ignorada, tendo em vista que ocorrerá a cópia sem a devida referência ao autor original.

Outra problemática que gira em torno desse fato é como a tecnologia que, por proporcionar uma informação rápida, tornou-se responsável por alavancar o plágio em meio acadêmico. Assim como, apesar das punições previstas pela lei 9.610 da constituição cidadã de 1998, alguns estudantes continuam a cometer tal ato e outros sequer sabem os conceitos principais para evitar a ato de copiar e colar, a título de exemplo existem as citações que consistem na melhor forma de dar autoria aqueles autores citados em um trabalho de origem acadêmica. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é verificar de que forma a técnica do “Ctrl+c” e “Ctrl+v” é aplicada no meio acadêmico por estudantes universitários de uma universidade brasileira, as principais razões para a realização dessa prática, bem como a visão dos estudantes sobre a problemática. Ademais, o papel das instituições brasileiras é analisado, pois, é necessária uma punição adequada para aqueles que cometem o plágio, do mesmo modo, é substancial uma prevenção segura e até um diálogo. Em todo trabalho de conclusão final de curso é permitida ao estudante uma segunda avaliação o que permite aos orientadores e avaliadores do trabalho uma verificação precisa, no que concerne a possíveis trechos que foram plagiados. Nesse quesito, os softwares de averiguação de plágio entram como uma ferramenta de ajuda.

O plágio acadêmico é considerado como uma das formas mais graves de má conduta científica e é uma razão importante para a rejeição de manuscritos, retração de artigos publicados e irreprodutibilidade (ROUSSEAU; EGGHE; GUNS, 2018). Embora a responsabilidade de garantir um manuscrito livre de plágio seja principalmente dos autores que submetem um trabalho, os editores não podem absolver-se de sua parcela de responsabilidade (DEBNATH, 2016).

Neste presente artigo, serão analisadas, portanto, as questões éticas que envolvem o ato de plagiar e como a tecnologia tem alavancado esse processo. Além disso, as consequências serão postas assim como uma pesquisa sobre como o plágio pode afetar a vida acadêmica de um estudante e quais consequências podem surgir com tal ato. Uma análise da lei será realizada e o papel das instituições será exposto, com o intuito de conferir todo um estudo acerca da técnica de “Ctrl+c” e “Ctrl+v” em meio acadêmico.

2 A lei contra plágio e suas sanções

A Constituição Federal garante em seu **Art. 5º, XXVII**, que um autor tenha total direito sobre sua obra. Isso assegura proteção ao autor, de que suas obras literárias, científicas e artísticas, não poderão ser de uso de outra pessoa sem consentimento, e devido reconhecimento de autoria. O mesmo art.5º, XXVIII, é assegurado nos termos da lei:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução de imagens e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes, e às respectivas representações sindicais e associativas.

No Brasil, a Lei nº 9.610, de 1998 regulamenta o direito autoral. O seu **Art. 1º** faz a apresentação principal: esta Lei regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos. Na lei destaca-se também o **Art. 2º**, que garante o direito autoral para os países em que há acordos tratados, como o da Convenção da União de Berna (CUP), que países unionistas (que faz parte de uma união política) devem garantir os direitos de autores internacionais da mesma maneira que protege os do seu país.

Cabe diferenciar os tipos de sanções, as civis e penais. As sanções civis são medidas legais que poderão ser impostas pela pessoa lesionada da violação das normas jurídicas, no sentido de indenizar a vítima. A sanção penal consiste em uma pena, isto é, punição aflictiva imposta pelo Estado, mediante ação penal, ao autor de uma infração, como retribuição de seu ato ilícito, consiste na diminuição de um bem jurídico, e cujo fim é evitar novos delitos”¹.

A partir da definição das sanções é possível depreender melhor o que vem a ser as penas no campo jurídico. Das sanções civis, no Art. 101 da lei nº 9610/98, “As sanções civis de que tratam este capítulo aplicam-se sem prejuízo das penas cabíveis.” De acordo com o Art. 103, editar obra sem autorização fará com que perca para o autor os exemplares que por ventura sejam apreendidas, e pagará o número de cópias vendido. Este artigo ainda diz que se não for contabilizado o número de exemplares que foram feitas, o infrator terá de pagar o preço de três mil obras mais o de apreendidos. O Art. 107 trata da pena de perdas e danos:

Art. 107. Independentemente da perda dos equipamentos utilizados, responderá por perdas e danos, nunca inferiores ao valor que resultaria da aplicação do disposto no art. 103 e seu parágrafo único, quem:

I - alterar, suprimir, modificar ou inutilizar, de qualquer maneira, dispositivos técnicos introduzidos nos exemplares das obras e produções protegidas para evitar ou restringir sua cópia;

II - alterar, suprimir ou inutilizar, de qualquer maneira, os sinais codificados destinados a restringir a comunicação ao público de obras, produções ou emissões protegidas ou a evitar a sua cópia;

III - suprimir ou alterar, sem autorização, qualquer informação sobre a gestão de direitos;

IV - distribuir, importar para distribuição, emitir, comunicar ou puser à disposição do público, sem autorização, obras, interpretações ou execuções, exemplares de interpretações fixadas em fonogramas e emissões, sabendo que a informação sobre a gestão de direitos, sinais codificados e dispositivos técnicos foram suprimidos ou alterados sem autorização.

Das sanções penais, de acordo com o Art. 184 do código penal, que trata do direito autoral, são cabíveis as penas para quem inflige a lei da mesma natureza:

Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

§ 1º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º Na mesma pena do § 1º incorre quem, com o intuito de lucro direto ou indireto, distribui, vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire, oculta, tem em depósito, original ou cópia de obra intelectual ou fonograma reproduzido com violação do direito de autor, do direito de artista intérprete ou executante ou do direito do produtor de fonograma, ou, ainda, aluga original ou cópia de obra intelectual ou fonograma, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os represente.

Nessa perspectiva, realizar o plágio implica na formação de uma atitude de caráter antiético passível de multa ou prisão. O comportamento acadêmico passa a ser julgado como desonesto e os plagiadores são definidos como seres que corroboram para a falta de moral e ética dentro da sociedade negligenciando quaisquer preceitos postos diante deles. Vale lembrar que o plágio não tem acontecido somente entre os estudantes, alguns pesquisadores também têm recorrido ao plágio a fim de obter mais prestígio ou reconhecimento acadêmico ou mesmo pela pressão das próprias universidades em termos de número de publicação. Muitas vezes, acabam recorrendo a formas inapropriadas de utilização dos textos científicos ou ainda a autocitação (KRISHAN et al., 2017, p. 1243).

3 Papel da tecnologia no avanço do plágio

A tecnologia digital usada em meio acadêmico tem levantado algumas reflexões acerca dos limites entre referenciar, citar e simplesmente copiar tendo em vista que a prática de plágio, apesar de proibida, tendo em vista as consequências negativas engendradas por tal ato e a possibilidade de rastreamento eletrônico, ainda consiste em um recurso utilizado.

No sentido mais amplo da definição, é dito como o ato de copiar o trabalho de outra pessoa sem colocar qualquer tipo de referência. Neste sentido, vale ressaltar que o ato de plagiar pode ser realizado com o uso das próprias palavras do autor bem como a paráfrase, em que algumas expressões podem ser alteradas, porém as ideias e conceitos continuam os mesmos.

Neste contexto, ocorre o esquecimento do conceito que deixa lugar ao simples ato de baixar um documento. O crédito à fonte de uma ideia é esquecida e copiar sem o conjunto das aspas, acaba por se tornar uma prática de teor gradativamente mais comum. Com isso, algumas práticas de plágio podem com o tempo ser despercebidas, o que não inibe o fato dela constituir uma prática antiética.

Fazendo uso da internet, o acesso à informação é imediato, em questão de segundos, podem-se encontrar quase todos os dados ou informações que se procura, em sites de pesquisa. A internet abriu a porta para um novo mundo de possibilidades, onde seu volume de dados é infinito, tornando o acesso às informações sem referência correta algo rotineiro. Neste aspecto, o ato de plagiar é alavancado por alguns estudantes que fazem uso da prática. Como apontam Naeem; Bhatti e Hassan (2018, p.3, tradução nossa)³³, “[...] o acesso eletrônico rápido e fácil de fontes de informação tem tornado o plágio um problema sério para instituições de ensino, editores, pesquisadores e supervisores [orientadores]”.

Quando analisado tal problemática em questões acadêmicas, os estudantes universitários, em virtude de uma série de causas que podem incluir desde a desmotivação para a criação de um trabalho acadêmico até a falta de tempo, bem como a busca por modos mais fáceis de realizar uma tarefa, usam a internet como ferramenta para o plágio. Afinal, o estudante universitário está, de certo modo, “cercado” pela tecnologia, consequentemente, fica sujeito ao uso inerente dela.

Em razão da acessibilidade constante que a tecnologia traz, o controle do que pode ou não ser compartilhado torna-se mais difícil. O que, por conseguinte, gera certa complexidade, tanto no que concerne ao ato de punir os indivíduos que usam do plágio, quanto encontrar

³³ “[...] rapid and easy access to the electronic information resources has turned plagiarism into a serious problem for education institutions, publishers, researches and supervisors”.

uma parte ou um texto plagiado em um artigo científico por exemplo. Entretanto, foram criados, com o objetivo de identificar dúvidas no que diz respeito ao ato de copiar e colar, softwares antiplágio. Tais ferramentas encarregam-se de auxiliar as instituições através da comparação com outros documentos buscando trechos copiados além de palavras ou expressões que condizem com outros textos já existentes. Alguns desses softwares são gratuitos e disponíveis para o download em sites. Sendo assim, acusar os plagiadores em um trabalho acadêmico converte-se em uma tarefa mais simples.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgão vinculado ao Ministério da Educação, emitiu, em 2011, um documento “Orientações Capes – Combate ao plágio”, no qual se pronunciou sobre o plágio, dirigindo-se às instituições de ensino, nestes termos:

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) recomenda, com base em orientações do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que as instituições de ensino públicas e privadas brasileiras adotem políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, adotando procedimentos específicos que visem coibir a prática do plágio quando da redação de teses, monografias, artigos e outros textos por parte de alunos e outros membros de suas comunidades (CAPES, 2011, p. 1).

Nesse quesito, tal identificação visa fazer com que as instituições fiquem mais atentas a esse tipo de ato que se tornou uma ferramenta negativa para os estudantes. Toda autoria deve ser reconhecida, pois pressupõe e originalidade de alguma ideia, portanto, ela não pode ser obstruída. Outra questão que norteia o meio acadêmico é a falta de definição correta deste ato e de um tratamento mais adequado a ele, alguns estudantes apesar de conhecer tal definição se negam a ver a gravidade do plágio, e acabam por usar a tecnologia em prol de algo que inicialmente pode ser uma vantagem, mas que posteriormente trará consequências negativas.

O acesso à Internet permite que os alunos repassem trabalhos de terceiros como seu. Tomando uma visão otimista da situação, se a tecnologia desempenha um papel na facilitação da cópia sem autoria, ela também tem o potencial de corrigi-la. Ou pelo menos, atuar como uma espécie de “policia virtual” na identificação de plagiadores. Assim como a tecnologia auxilia na busca de informação rápida, ela também pode alavancar o papel preventivo das instituições no que diz respeito ao plágio.

Conforme Debath e Cariappa (2018), faz-se necessária uma política bem definida sobre o plágio para todos os periódicos acadêmicos, que seja facilmente visível em suas home pages na internet e também nas instruções aos autores.

Conforme Vani e Gupta (2018) e Howard (2007), as preocupações atuais com o plágio são um espelho da revolução textual de modo que a Internet seja descrita como a causa principal do aumento de plágio, e os serviços de detecção de plágio como a melhor solução contra eles. Segundo Howard (2007), os serviços de detecção de plágio descrevem a apropriação textual apenas em termos de ética individual, sendo que a melhor resposta às preocupações sobre o plágio seria a revisão das políticas institucionais de plágio combinadas com uma pedagogia autêntica que abranja uma compreensão do indivíduo, o contexto da intertextualidade e a presença e renovação do texto pelas novas mídias.

4 O papel das instituições de ensino

Em uma era digital como a que vivemos, estamos sujeitos à apropriação sobre produções textuais de outras pessoas, o que tem sido motivo de debate, pois a prática do plágio tem se tornado gradativamente mais comum.

Conforme lembram (KRISHAN et al., 2017), cabem aos supervisores ou responsáveis pela pesquisa, no caso de orientação, explicar aos estudantes a importância da ética nas publicações e da integridade dos pesquisadores, bem como das instituições. Trata-se, portanto, de se formar uma consciência coletiva, porém não é uma tarefa fácil. Krishan et al (2017) ainda consideram que uma solução seria acompanhar a escrita do jovem pesquisador treinando-o para isso, isto é, ser mais participativo na redação acadêmica, de modo que o estudante observe, a partir, da escrita de cada seção de uma dissertação, por exemplo, com deve ser redigido o texto acadêmico.

Em outros termos, em vez de apenas ler e corrigir o texto do aluno, o professor ser também um coautor pode ajudar no processo de ensino de redação acadêmica e de formação ética do futuro pesquisador. Afinal, muitas vezes, embora haja uma legislação acerca da prática de plágio, nas mais diversas situações do meio acadêmico, não essa legislação seja necessariamente aplicada para punir os plagiadores – o que pode fomentar ainda mais a prática criminosa. Ainda que já existam softwares com a finalidade de rastrear algum possível plágio, a prática deve ser uma preocupação dos pesquisadores, pois é trabalhoso vigiar e punir.

Naemm, Bhatti e Hanssan (2018, p.3-4)⁴ lembram que é “[...] obrigação dos editores promover a consciência entre os estudantes a respeito do plágio com a seguinte mensagem ‘plágio é um crime intelectual’ e também ensiná-los os métodos de prevenção”

Tendo como base o conceito dessa prática, qual o papel das instituições acadêmicas diante disso? Procurando saber dos próprios estudantes sobre esse assunto foi realizada uma pesquisa entre os estudantes de uma universidade brasileira e constatou-se que 47,8% dos informantes afirmaram que a instituição deve tomar punições mais rígidas. Segundo KROKOSZ (2011, p.745):

No Brasil, a pesquisa acadêmica e o debate sobre o plágio ainda são incipientes, embora haja contribuições quanto ao assunto como: uma dissimulação dolosa na autoria de textos (Christofe, 1996); prática resultante de um desnorreamento ético (Vaz, 2006); hábito cristalizado de reprodução de textos e incapacidade de sumarização (Oliveira, 2007); motivo para o desenvolvimento de metodologias de detecção em cursos de educação a distância (Martins; Santana, 2003; Oliveira, M.; Oliveira, E., 2008); tema sobre o qual há pouco ou distorcido conhecimento (BARBASTEFANO; SOUZA, 2007; FACHINI; DOMINGUES, 2008).

Sob esse aspecto, o que as instituições fazem para combater esse problema? Diversas instituições contam com uso da tecnologia e recursos online para verificar a existência ou não de cópias em trabalhos e artigos acadêmicos. Em várias universidades, teses de mestrado e doutorado foram cassadas devido ter sido comprovado plágios em suas obras. De acordo com a USP- Universidade de São Paulo:

Todo ano, a USP concede mais de 5 mil títulos de mestrado e doutorado – um dos números que tornam sua pós-graduação a maior do mundo. A preocupação com a integridade dessa produção acadêmica, que inclui não apenas teses e dissertações, mas também artigos científicos em revistas nacionais e internacionais é o que motivou a aquisição de ferramentas para identificar e combater o plágio na Universidade (NAOE, 2017)

Nesse sentido, a universidade conta os softwares de programação capazes de verificar plágio em artigos acadêmicos. Diante disso, as punições são aquelas conferidas na lei antiplágio 9.610. Todavia, algumas instituições optam por outras medidas como punições e prevenções ao ato de copiar e colar. Em plágio acadêmico: ignorância, má fé ou problema estrutural?

Na graduação, os professores que encontram sinais de cópia em um trabalho acadêmico têm o direito conferir nota zero, mas não podem reprovar o aluno diretamente – pois todos os estudantes de graduação têm direito ao “exame

⁴ [...] it has become the objgation of librarians to promote the awareness among the students about plagiarism with a message that “Plagiarism is na intelectual crime” and also to teach them the methods that to prevent from plagiarism.

especial”, que é uma última oportunidade de obter o mínimo de pontos para se concluir uma disciplina na universidade. Entretanto há professores que optam por advertir verbalmente os alunos que cometem esse tipo de irregularidade, cancelando seus trabalhos e fazendo dessa situação uma oportunidade para se aplicar uma “discussão ética, jurídica e de responsabilidade com o trabalho intelectual”, benéfica para todos os alunos em sala de aula (TEIXERA, 2012)

Concluindo que por mais que existam essas ferramentas, professores devem sempre orientar os estudantes sobre as consequências do copiar e colar, mostrando também a diferença entre o plágio de ideias e o plágio de textos. Avaliando, participando e sempre orientando de como é a forma correta de usar citações e referências de outras obras e outros autores, ter treinamentos de redações científicas, estabelecendo formas de prevenção. Pois é de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos, evitar ao máximo que isso aconteça.

As instituições de ensino que adotam Códigos de Honra os níveis de desonestidade acadêmica são significativamente mais baixos e isso não se deve ao medo de ser punido, mas a uma “cultura que faz com que a maioria das formas de fraude grave seja socialmente inaceitável entre a maioria dos alunos (KROKOSZ, 2011, p.751)

Certamente, as medidas de prevenção tendem a ser melhor opção do que as de punição, não tirando o fato de que em ocorrências mais graves deve-se aplicar a punição adequada, sendo que seja punição julgada e adequada a regras. Assim evitando a banalização desse assunto.

5 Consequências geradas pelo uso do plágio

O plágio é considerado crime no Brasil de acordo com a lei número 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. O que pode ser chamado de uma tendência ao ‘Ctrl+c’ e ‘Ctrl+v’ pode levar a punições no âmbito civil e criminal, e é combatida fortemente na maioria das instituições. O termo está historicamente ligado à ideia de furto de informações alheias em razão de uma lei da Roma Antiga, no século II a.C. (Lex Fabia de Plarigriis) que proibia o sequestro de pessoas para serem usadas como escravas. Assim como é feito o uso indevido de informações intelectuais de outros indivíduos sem ao menos citar a fonte.

Nessa perspectiva, são colocadas as consequências de tal ato, conforme indica lei. Além disso, deve-se levar em conta que ao cometer um plágio ocorre uma obstrução do

desenvolvimento intelectual do estudante tendo em vista que ele se contentou apenas com o ato de copiar e colar. Como apontam Naeem, Bhatti e Hassan (2018), a prática impede o desenvolvimento de novas ideias, de trabalhar em diferentes dimensões e vertentes além de matar a criatividade e inibir a habilidade intelectual. De fato, se não há um esforço para redigir os textos acadêmicos, a partir da interpretação e da reflexão sobre os conteúdos científicos, também não há avanço da ciência. Embora alguns alunos não tenham, muitas vezes, certa autoconfiança para redigir e publicar, faz-se necessário um investimento em termos de incentivo à escrita acadêmica.

As citações consistem na forma mais correta de se evitar qualquer tipo de “colagem”, preservando assim a autoria original da ideia exposta pelo autor. Seja citação direta ou indireta ela irá prevenir que as penas da lei sejam aplicadas. Considera-se mais ético a autocitação, caso seja a vontade do autor de se autorreferenciar, do que praticar o autoplágio.

Quem faz plágio, primeiramente, comete crime e pode sofrer severas punições. Ademais, significa que o praticante não possui informações a passar e em razão disso acaba por apenas repetir o que foi dito por terceiros, deixando de desenvolver seu nível intelectual e somente buscar ser alguém que ele não é.

No discurso científico, é preciso retomar a fala do outro e citar esse outro, para então propor uma reformulação e instaurar o novo. Caso contrário, o que se obtém é uma produção intelectual desestruturada e empobrecedora” (CHRISTOFE, 1996, p. 39).

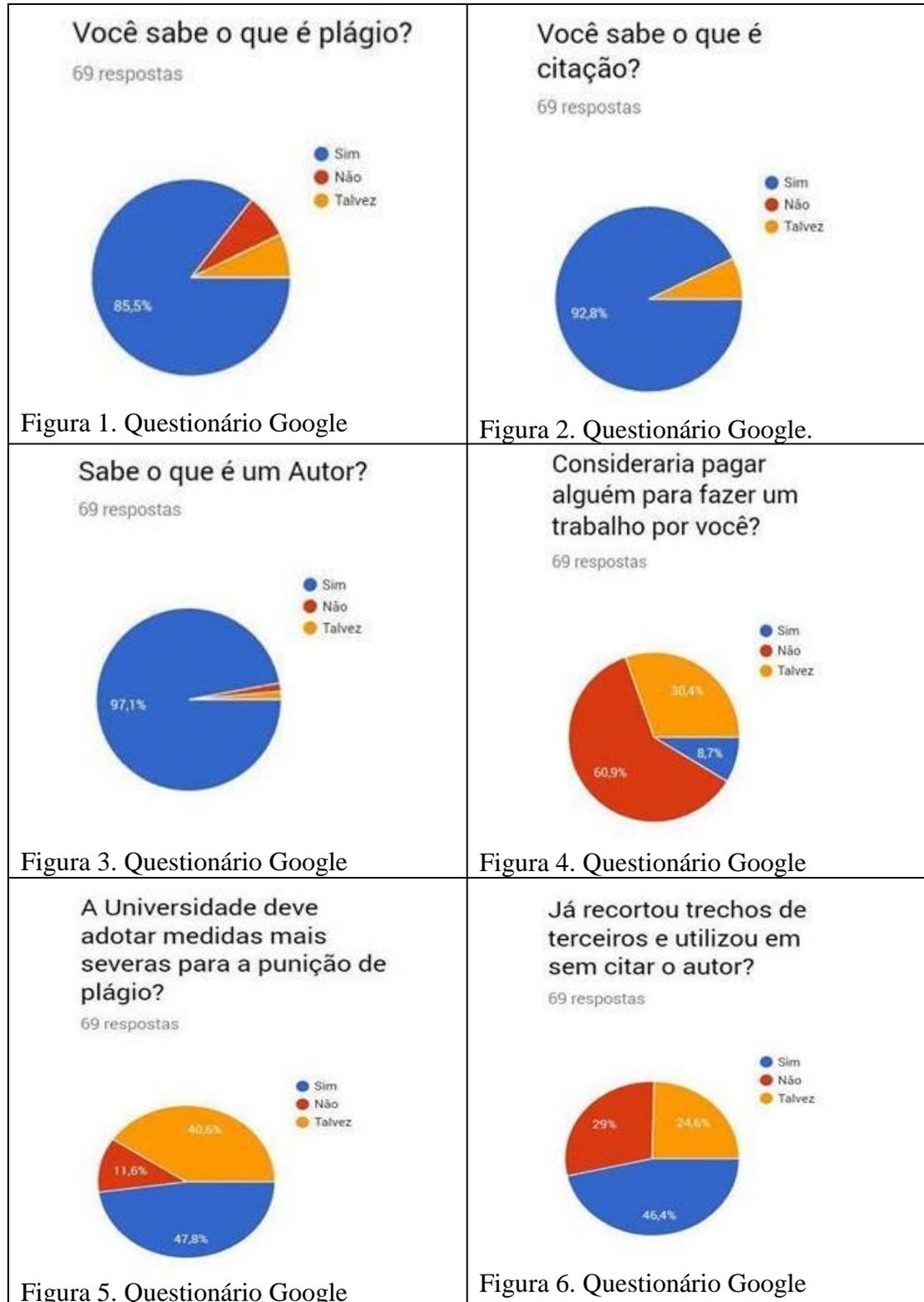
Dessa forma, também o autor da obra também é prejudicado, como afirma o autor e mancha-se a imagem acadêmica e intelectual tanto do plagiário, que comete a desonestidade e silencia. As instituições neste aspecto têm como função inibir tal ato buscando maneiras de causar a prevenção do ato de plagiar, quando isso, aplicado de maneira correta e eficiente tornará essa atividade gradativamente menos comum. Da mesma maneira, caso isso ocorra as punições devem ser devidamente aplicadas, pois ações de cunho antiético devem ser corrigidas.

6 Metodologia

Realizou-se uma pesquisa no meio acadêmico de uma universidade brasileira, por meio da técnica de questionário tipo survey. Procurou-se verificar entre os estudantes: conhecimento acerca do plágio e suas variadas formas; conhecimento da prática de plágio no meio acadêmico; conhecimento acerca de autoria e legislação; uso de citações. As respostas

foram coletas via internet. Computaram-se sessenta e nove respostas ao longo do tempo em que a pesquisa foi disponibilizada.

7 Resultados e discussões



Fonte: dados dos autores

De acordo com os dados, (85,5%) dos informantes afirmaram saber o conceito de plágio, enquanto (92,8%) dizem conhecer o conceito de citação. Do mesmo modo, (97,1%) diz conhecer o que é um autor e que (60,9%) não pagaria alguém para realizar um trabalho. Sob esse aspecto, os números da pesquisa revelam um caráter positivo no diz respeito ao conhecimento da normalização e do próprio conceito de plágio, o que demonstra uma consciência por parte dos estudantes.

Em princípio, os informantes possuem conhecimento a respeito das informações mínimas para se realizar um trabalho acadêmico sem o uso do plágio. Todavia, (46,4%) afirmou já ter retirado trechos de outros autores sem a colocação da autoria, e aproveitado em algum trabalho acadêmico, o que caracteriza o uso do plágio. Nessa seara, apesar de os informantes apresentarem um perfil coerente, no que diz respeito à realização dos trabalhos acadêmicos, praticamente cinquenta por cento afirmou já ter plagiado algum trecho mesmo sabendo como evita-lo. Nessa perspectiva, mesmo os conceitos sendo claros, o ato de copiar e colar ainda vigora no meio acadêmico, o que requer uma prevenção mais efetiva assim como punições mais claras e rígidas pela instituição. Apesar de terem assumido praticar o plágio em algum momento durante a faculdade, (47,8%) consideram que as universidades devem tomar medidas mais rigorosas. Isso posto, os dados sugerem que a impunidade possa ser um fator consistente para a manutenção da prática criminosa do plágio, uma vez que os próprios informantes revelam a falta de punição para a prática do plágio, quiçá pelo fato de a própria comunidade acadêmica não considerar um ato criminoso nos mesmos moldes que outros atos de criminalidade.

8 Considerações Finais

Neste íterim, o plágio classificado como o ato de copiar e colar sem a devida referência à autoria original do autor tem causado discussões, no que diz respeito à ética em meio acadêmico. Segundo Dias (2010), ocorre no Brasil o que chamamos de plágio em voga e, grosso modo, o tema não está tão difundido de forma a levantar questionamentos necessários que envolveram como o ato de plagiar pode constituir um dilema de puro caráter ético. Nesses moldes, o debate na sociedade sobre esse assunto ainda não é totalmente claro, o que, por conseguinte, dificulta ensinar aos estudantes como realizar uma pesquisa acadêmica.

Após um breve estudo no que concerne a essa problemática, a peroração apresentada gira em torno de uma maior possibilidade de debates no meio acadêmico demonstrando, em suma, as consequências negativas geradas por este ato, assim como, ele pode acarretar em uma

perda de credibilidade ao pesquisador responsável pelo seu respectivo trabalho. A educação é parte da moral ética de uma sociedade, portanto, educar significa estabelecer aos estudantes quais as ações que podem colaborar para atitudes antiéticas, uma delas é o plágio. Dessa maneira, a aplicação das punições deve ser realizada somente em último caso, pois a prevenção e o esclarecimento deste ato, irão a longo prazo tender a diminuir a ocorrência deste ato no meio acadêmico.

Referências

ALI, Wan Zah Wan; ISMAIL, Habsah; CHEAT, Tan Tien. **Plagiarism: to what extent it is understood?. Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 59, p. 604-611, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.09.320>> Acesso em 07 set 2018.

BACCA, Renzo Ramírez; PATINO, Héran David Jiménez. Plágio y “auto-plágio” uma reflexión. **Historelo – Revista de Historia Regional y local**, vol.8.n. 16, julio-diciembre, 2016, p.273- 283

BARTLEY, George B.; ALBERT, Daniel M.; LIESEGANG, Thomas J. **Choosing our words carefully: plagiarism in the internet age**. *Ophthalmology*, v. 121, n. 4, p. 807-808, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ophtha.2013.12.031>> Acesso em 07 set 2018.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 5 de outubro de 1988.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 08 set 2018.

BRASIL. **Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 08 set 2018.

CAPES. **Orientações Capes – Combate ao plágio**. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/OrientacoesCapes_CombateAoPlagio.pdf> Acesso em 07 set 2018.

DEBNATH, Jyotindu. **Plagiarism: a silent epidemic in scientific writing—reasons, recognition and remedies**. *medical journal armed forces india*, v. 72, n. 2, 2016, p. 164-167, 2016.

DEBNATH, Jyotindu; CARIAPPA, M. P. Wishing away Plagiarism in Scientific Publications! Will it work? A situational analysis of Plagiarism policy of journals in PubMed. **Medical Journal Armed Forces India**, v. 74, n. 2, 2018, p. 143-147.

DIAS, Wagner. Reflexões sobre ética, plágio e pesquisa na escola. Disponível em: <<http://www.grupeci.fe.ufg.br/up/693/o/TR03.PDF>> Acesso em: 10 de jun. 2017

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Trad. António F. Cascais e Eduardo Cordeiro. 6ª ed. Lisboa: Nova Vega, 2006.

HOWARD, Rebecca Moore. **Understanding “internet plagiarism”**. Computers and Composition, v. 24, n. 1, p. 3-15, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.compcom.2006.12.005>> Acesso em 07 set 2018.

JESUS, Demasio de. **Direito Penal: Parte Geral**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 562 p. Disponível em: <<http://www.fkb.br/biblioteca/Arquivos/Direito/DAMASIO DE JESUS-DIREITO PENAL 1 - PARTE GERAL - 32ª edição.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

PITHAN, Livia Haygert; VIDAL, Tatiane Regina Amando. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. **Direito & Justiça**, v. 39, n. 1, 2013, p. 77-82, jan./jun.

QUADRO1. Questionamentos da pesquisa sobre plágio. Autoria própria do grupo.

Disponível em: <

(https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSc4HNv18dF9LkLPgq_exf1EaCQZrZzP_OrtUbu99BEt0robhQ/viewform).>

KRISHAN, K. et al. Plagiarism in students research: responsibility of the supervisors and suggestion to ensure plagiarism free research. **Sci Eng. Ethics**, 2017, p. 1243-1245.

KROKOSZ, Marcelo. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 48 set.-dez, 2011, p. 745-818.

NAONE, Aline. **Pesquisadores da USP têm acesso a ferramentas anti-plágio: Serviços on-line permitem análise de similaridade de textos e fortalecem integridade acadêmica**. 2017. Disponível em: <<http://jornal.usp.br/universidade/pesquisadores-da-usp-tem-acesso-a-ferramentas-anti-plagio/>> Acesso em: 07 de set 2018.

NAEEM, Salman Bin; BHATTI, Rubina; HASSAN, Muhammad Omer. Is plagiarism a crime? University students' Commitment to fairness in academig writing. **Pakistan Library & Information Science Journal**. Jan-Mar, Vol. 49 Issue 1, 2018, p3-10.

ROUSSEAU, Ronald; EGGHE, Leo; GUNS, Raf. **Becoming Metric-wise: A Bibliometric Guide for Researchers**. Chandos Publishing, 2018, p37-65. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/B978-0-08-102474-4.00003-0>> Acesso em 7 set. 2018.

SILVA, Obdália. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 38 maio/ago. 2008, p.357,414.

TEIXEIRA, Nísio. **Plágio acadêmico: ignorância, má fé ou problema estrutural?**

Disponível em: < <https://www.ufmg.br/cedecom/labcon/formato/materias/plagio-academico-ignorancia-ma-fe-ou-problema-estrutural/>> Acesso em: 07 de set 2018.

TORRES, Paloma Alfaro; JUÁREZ, Teresa de Juan. El plagio académico: formar em competências y buenas prácticas universitárias. **Ruiderae: Revista de Unidades de Información**. N. 06 (2º semestre 2014), p.1-20.

VANI, K.; GUPTA, Deepa. Text plagiarism classification using syntax based linguistic features. **Expert Systems with Applications**, v. 88, p. 448-464, 2017.

